

Carta de Apresentação Sobre a Remessa Das Demonstrações Financeiras Para Fins de Constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional

Ao

BACEN - Banco Central do Brasil

Unidade Responsável pela Curadoria: Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig)

Esta carta de apresentação sobre a remessa das demonstrações financeiras é fornecida pela **União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.**, para fins de constituição da central de demonstrações financeiras do Sistema Financeiro Nacional, de que trata a Circular nº 3.964/19 e Carta-Circular nº 3.981/19 do Banco Central do Brasil.

A relação de demonstrações financeiras e demais documentos contidos no arquivo, documento 9010 - Demonstrações financeiras individuais/Demonstrações financeiras consolidadas - legislação societária ou CVM: contempla o conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada;
- Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidada;
- Notas Explicativas; e
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Informamos que deixamos de apresentar a Demonstração do Resultado Abrangente (Circular nº 3.959/19) bem como o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período (Circular nº 3.964/19), cuja obrigatoriedade é a partir de 1º de janeiro de 2020, prospectivamente.

A data-base referente à essas demonstrações financeiras é: 31 de dezembro de 2021;

Termo Declaratório da administração:

Declaramos nossas responsabilidades quanto ao conteúdo dos documentos contidos nesta carta, bem como, informamos que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em particular, que estão apresentadas adequadamente e em conformidade com essas práticas.

Atenciosamente,

Rio do Sul – SC., 18 de março de 2022.

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Cláudio Ropelato
Administrador Responsável

Dalton Davi Ribeiro
Contador Responsável- CRC: 26.620

**União Catarinense
Administradora de Consórcios
Ltda.**

CNPJ: 83.553.883/0001-94

Rio do Sul – SC

**Demonstrações Financeiras do Semestre e
Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021**

Relatório da Administração

Senhores Quotistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda., correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios referente ao semestre e exercício findos nessa data. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Administradora tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio multimarcas que consolidam nosso trabalho há mais de 42 anos. Atualmente possui 33 grupos em andamento, com 7.978 cotas ativas. No período a administradora registrou o resultado líquido de R\$ 1.421.397,24. O patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 3.331.001,38.

De acordo com o deliberado em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos lucros no período, no montante de R\$ 128.000,00.

As demonstrações financeiras da Administradora e dos Grupos foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Vale ressaltar que as suas operações começaram a ser afetadas pelos impactos econômicos e sociais advindos da pandemia desde 2020, entretanto, a administradora tomou ações para mitigar tais impactos, de modo que os resultados do período não foram afetados de forma relevante. A Administradora está continuamente trabalhando em planos de adaptação à situação.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Agradecemos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Administradora.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio do Sul, 18 de março de 2022.

Os Administradores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.

Administradores e Quotistas da

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Rio do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios correspondentes ao semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2022.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/SC

GEORGE ANGNES

Contador CRC-PR Nº 42.667/O-1 S/SC

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.**CNPJ: 83.553.883/0001-94****Rio do Sul - SC****Notas Explicativas às Demonstrações financeiras do
Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021**

(Valores em R\$ Mil)

Nota 1. Informações Gerais

A sociedade tem por objeto a prestação de serviços específicos e inerentes à administração e lançamento de consórcios para a aquisição de bens móveis e imóveis, bem como a venda e colocação junto ao público, dos planos de consórcios por ela elaborados, obedecendo aos ditames legais próprios.

Forma jurídica: Sociedade Ltda.

Sede: Rua XV de Novembro, 45 – Sala 201 – Galeria XV – Centro – Rio do Sul – SC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 18/mar./22.

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras da Administradora e Consolidada dos Grupos de Consórcios

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações.

Em 28/dez./07 foi promulgada a Lei nº 11.638/07 e, em 27/maio/09, a Lei nº 11.941/09, introduzindo alterações na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social findo em 2008.

Normalizadas em 2020/2019 pelo órgão regulador Banco Central do Brasil, através da Resolução BCB nº 2/20 e pela Circular nº 3.958/19, procedimentos para elaboração e divulgação a ser aplicados prospectivamente para o conjunto das demonstrações financeiras relativas às datas-bases a partir de janeiro de 2020, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021 contemplam essas adoções e não ocasionaram impactos e/ou efeitos relevantes.

A escrituração contábil dos grupos de consórcios obedece às regras da Carta-Circular nº 3.147/04, e suas alterações, do Banco Central do Brasil.

Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna valor no período representa os valores coletados e utilizados movimentados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

As demonstrações financeiras da Administradora e dos Grupos foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Vale ressaltar que as suas operações começaram a ser afetadas pelos impactos econômicos e sociais advindos da pandemia desde 2020, entretanto, a administradora tomou ações para mitigar tais impactos, de modo que os resultados do período não foram afetados de forma relevante. A Administradora está continuamente trabalhando em planos de adaptação à situação.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos e Gestão de Riscos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.2 Gestão de Riscos

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Essa gestão é realizada pela administração da Sociedade que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

Nota 4. Controles Internos

Nos termos da Circular nº 3.078/02, do Banco Central do Brasil, estão implantados os procedimentos pertinentes ao sistema de controles internos, os quais vêm sendo acompanhados e revisados pela administração da sociedade.

Nota 5. Resumo dos Principais Procedimentos e Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes:

I - Principais Diretrizes Contábeis da Administradora

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, exceto quanto à taxa de administração dos grupos de consórcios que é escriturada na administradora por ocasião do pagamento da contribuição mensal pelo consorciado.

b) Caixa e Equivalentes a Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

c) Ativo Circulante e Não Circulante

Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

d) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, à taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

	% Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Residual 31/dez./21	Residual 31/dez./20
Instalações, Móveis e Equipamentos	10%	14	(13)	1	1
Sistema de Comunicação	10%	2	(1)	1	2
Veículos	20%	5	(5)	0	0
Totais		21	(19)	2	3

f) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

	% Anual de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Residual 31/dez./21	Residual 31/dez./20
- Licença de Software	20	149	(40)	109	56
Totais		149	(40)	109	56

g) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2021, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da sociedade avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade.

h) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações e correções monetárias incorridas.

i) A Sociedade é tributada pelo Lucro Real.

j) Resultado por Quota

Calculado com base no número de quotas, conforme Contrato Social.

II - Principais Diretrizes Contábeis dos Grupos de Consórcios

a) Caixa e Equivalentes a Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

b) Aplicações Financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos remanescentes dessas aplicações após a apropriação dos rendimentos vinculados às obrigações por contemplações a entregar, são incorporados ao fundo comum de cada grupo, por intermédio de rateio proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

c) Outros Créditos

No ativo circulante, direitos junto a consorciados contemplados referem-se às parcelas vincendas a título de fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor do bem vigente no mês e, aplicáveis aos consorciados contemplados Normais, Em Atraso e Em Cobrança Judicial, como segue:

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Direitos junto a consorciados contemplados	<u>124.129</u>	<u>113.433</u>
- Normais	113.445	106.662
- Em Atraso	942	5.169
- Cobrança Judicial	9.742	1.602

d) Contas de Compensação Ativa/Passiva

As contas de compensação representam informações adicionais sobre: previsão mensal de recursos a receber de consorciados, contribuições devidas ao grupo e valor dos bens e serviços a contemplar, sendo calculados com base no valor do bem vigente no mês e não afetam a posição patrimonial estática dos grupos na data das demonstrações financeiras.

e) Obrigações com Consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, acrescidos de atualização monetária, recursos de grupos em formação e recursos recebidos cuja destinação não foi identificada.

f) Valores a Repassar

Referem-se aos valores recebidos e ainda não repassados a terceiros a título de taxa de administração, prêmios de seguros, multa rescisória contratual, e outros.

g) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos dos rendimentos financeiros desde a data de contemplação.

h) Obrigações com a Administradora

Referem-se às obrigações do grupo de consórcio com a administradora.

i) Recursos a Devolver aos Consorciados

Representam as obrigações junto aos consorciados desistentes e excluídos, deduzidos da multa rescisória contratual e valores a serem ressarcidos pelos excessos de amortização.

j) Recursos aos Grupos

Representam os recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem ou serviço.

III - Resumo das Operações de Consórcios

a) Posição das Operações de Consórcios

Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em:

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
- Número de Grupos Administrados	33	34
- Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	445	414
- Quantidade de Bens Entregues no Período	942	993
- Quantidade Total de Bens Entregues dos Grupos em Andamento	3.701	3.764
- Número de Consorciados Ativos - Período	1.598	1.439
- Número de Consorciados Ativos - Total	7.978	8.059
Conсорciados Quitados	1.583	1.730
Conсорciados Não Quitados	6.395	6.329
- Número de Consorciados Desistentes/Excluídos - Período	691	578
- Número de Consorciados Desistentes/Excluídos - Total	6.543	7.194
- Taxa de Inadimplência	11,95%	11,72%

b) Taxa de Administração

A taxa de administração arrecadada nos grupos de consórcios está de acordo com os seguintes percentuais:

Imóveis	19,88% a 25,38%
Automóveis	13,82%
Serviços	18,99%

c) Taxa de Administração Futura

Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
- Consorciados Contemplados/Não Contemplados	<u>116.911</u>	<u>94.261</u>

Nota 6. Transações com Partes Relacionadas

- Transações com Partes Relacionadas

No período foram realizadas transações entre partes relacionadas, realizadas no contexto das atividades operacionais da administradora, inerentes à transferência de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre partes relacionadas são representadas por obrigações com pessoas ligadas.

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Ativo – Devedores Diversos - País	<u>0</u>	<u>753</u>
Circulante – Direitos com Pessoas Ligadas	<u>0</u>	<u>753</u>
Passivo – Credores Diversos – País	<u>582</u>	<u>832</u>
Circulante – Obrigações com Pessoas Ligadas	<u>582</u>	<u>832</u>

As transações ocorridas entre a administradora e suas partes relacionadas são efetuadas com valores e em circunstâncias usuais de mercado.

Nota 7. Títulos e Valores Mobiliários

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Carteira Própria	<u>2.098</u>	<u>1.408</u>
- Quotas em Fundo de Aplicação Financeira	2.098	1.408

Nota 8. Composição de Saldos do Balanço Patrimonial

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
a) Ativo Circulante		
Outros Créditos		
Diversos	3.338	2.751
- Crédito Tributário	151	139
- Devedores Diversos - País	3.182	2.604
- Adiantamentos e Antecipações Salariais	5	8
b) Ativo Não Circulante		
Outros Créditos	4.958	5.415
Valores Específicos	4.941	5.398
- Valores Pendentes de Recebimento Cobrança Judicial - (Grupos Encerrados)	4.941	5.398
Diversos	17	17
- Devedores por Depósito em Garantia	17	17
c) Passivo Circulante		
Outras Obrigações		
Diversas	2.488	2.276
- Provisão p/Pagamentos a Efetuar	38	41
- Credores Diversos - País	1.373	1.446
- Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos não Procurados)	1.077	789
d) Passivo Não Circulante		
Outras Obrigações		
Diversas	4.941	5.398
Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos Pendentes de Recebimento Cobrança Judicial)	4.941	5.398

Nota 9. Contingências Passivas

A administradora é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, relativos a ações cíveis e reclamatórias trabalhistas reconhecidas na contabilidade e/ou necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme posição dada pelos assessores legais não há contingências a serem registradas na contabilidade nem divulgadas em 31 de dezembro de 2021.

Nota 10. Capital Social/Patrimônio Líquido

Pertencente inteiramente a quotistas domiciliados no País está composto de 1.700.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma Estão integralizadas 1.700.000 de quotas de capital assim distribuídas:

Sócio quotista	Quotas	%
Cláudio Ropelato	1.666.000	98,00%
Diana Ropelato	34.000	2,00%
Total	1.700.000	100,00%

Controladora

A sociedade é controlada por Pessoas Físicas.

Os controladores do grupo econômico ao qual a sociedade pertence em última instância, são: Cláudio Ropelato e Diana Ropelato.

Em 31 de dezembro de 2021, o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado da Administradora representa R\$ 3.331.

Nota 11. Distribuição de Lucros

De acordo com o deliberado em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos lucros no período, no montante de R\$ 128.

Nota 12. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A sociedade tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A sociedade realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Sociedade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.